

O sismo da pobreza

Resposta ao artigo “Depois do Sismo” publicado no Diário dos Açores de



POR JOEL NETO

Caro Nuno Costa Santos, meu tão velho e cúmplice amigo:

1. O facto de o meu filho ter nascido quatro dias depois da publicação do teu texto impediu-me de lhe dar resposta imediata, como teria gostado de fazer. Mas também nos permitiu a todos compará-lo com as restantes intervenções a propósito do meu ensaio *Os Pobres Mais Pobres*, publicado na edição de 28 de Outubro de 2022 do semanário *Expresso* (Revista, págs. 28-31). Que não existiram, isto é.

2. Portanto, o primeiro dado a registar é esse. A mais amplificada denúncia do desastre em que consistem os actuais índices de desenvolvimento humano dos Açores, tão mais desastrosos quanto se verificam ao fim de quase 40 anos de exultante subsídio europeia, mereceram dos representantes dos três ciclos políticos que o arquipélago experimentou nesse intervalo – tanto quando das respectivas oposições, aliás – um ruidoso silêncio. Alguns dirão que nenhum responsável encontra como discordar. Outros que nenhum opositor vê vantagens em concordar. E outros ainda que se estão todos nas tintas. Eu, que há tantos anos percorro o deserto na tentativa de recrutar militância para essa preocupação, tendo a concluir as três coisas:

O sismo da pobreza dos Açores ainda não acabou (...). Não acabou, não está (nem por sombras) perto de acabar e qualquer proposta para o que fazer, usufruir ou pensar “depois” de ele acabar é extemporânea

nenhum responsável encontra como discordar, nenhum opositor vê vantagens em concordar e estão-se todos nas tintas – quase todos.

3. Os açorianos não gostam de ser confrontados com a miséria que grassa pelas ilhas, acredita-se. Há custos políticos, sociais e (sobretudo) eleitorais para quem a denuncie, mesmo sendo a denúncia essencial a qualquer esforço de contrariá-la. E, portanto, calam-se.

4. Calam-se porque lhes convém, mas também porque podem. E isso só não é o mais inquietante de tudo porque não há nada mais inquietante, ao falar-se dos Açores de hoje, do que as próprias condições de vida em que vivem tantos açorianos. Mas não deixa de ser um sinal perturbador que, ao fim desses quase 40 anos de subsídio e quase 50 de autonomia, a nossa sociedade continue sem massa crítica suficiente para o escrutínio de um contrasenso tão estrutural e, apesar disso, tão irrelevante para todos quantos, no seu delírio entediado, insistem em considerar o nosso projecto autonómico um sucesso sem ressalvas.

5. Desse ponto de vista, a tua mobilização traz um pequeno fôlego de esperança. Mas, ao mesmo tempo, é frustrante que o que verdadeiramente urge se resume, para ti, a matéria preambular, ficando todo o espaço substantivo – no teu texto como noutros debates que temos tido, nomeadamente no programa da RTP/A *Novo Normal*, que tenho a honra de partilhar contigo –, àquilo que creio ser (e espero conseguir mostrar-to) o seu exacto oposto.

6. Em resumo, dizes que concordamos no diagnóstico e discordamos na terapêutica. Não. Discordamos também na importância do diagnóstico, no tempo que devemos dedicar-lhe, nos esforços que urge canalizar para ele e – inclusive – nos sacrifícios que se justifica admitirmos fazer para o combate que ele impõe. Como, por exemplo, um remoto reempoderamento do agora chamado Representante da República, “proposta” (a palavra é tua, evidentemente que não se trata de uma proposta) que incluí no referido ensaio precisamente na esperança de que ao menos ela pudesse gerar algum debate. Resultou.

7. Mas recordo-te de que o que o texto diz é: “Se para se desfazerem essas assimetrias for preciso equacionar o regresso transitório à figura do ministro da República, então é por aí que a revisão do Estatuto deve passar: pela contenção temporária da autonomia,

e não pela sua ampliação”. E por essa formulação eu dou de facto a cara. Se, para se desfazerem as devastadoras assimetrias dos Açores actuais – as violências contra a pessoa, os radicais desequilíbrios no acesso ao rendimento, o atraso endémico na saúde e na educação, o sensualismo estéril nas estratégias económicas, a inexistência quase absoluta de elevador social ou de esperança para as novas gerações –, for preciso equacionar o regresso transitório à figura do ministro da República, então devemos equacionar o regresso transitório à figura do ministro da República. Mais te digo: se para se desfazerem essas assimetrias fosse preciso equacionar o regresso definitivo à figura do ministro da República, então devíamos equacionar o regresso definitivo à figura do ministro da República. E mais ainda: se para se desfazerem essas assimetrias fosse preciso equacionar o cancelamento de todo o projecto de autonomia, então nós tínhamos mais era que equacionar o cancelamento de todo o projecto de autonomia.

8. A autonomia dos Açores não pode gozar de maior santidade do que a dignidade de vida dos açorianos. Ou, como digo no referido ensaio: “De nada serve a autonomia, esta ou outra (mais ou menos expressiva), se não servir para uma melhoria efectiva das condições de vida da população.” E não são umas quantas pessoas, nota. Nem são tantas, *per capita*, como em Lisboa ou noutras regiões pobres do país, como não resististe à tentação de sugerir. São muitas mais, como sabes.

9. Só para te dar um exemplo: em anos normais, o abandono escolar nos Açores corresponde ao triplo da taxa nacional, sendo o maior de toda a União Europeia (incluindo os países chegados do ex-Bloco de Leste). E é assim, em diferentes graus – repito – com o desemprego, a exclusão social e a desigualdade na distribuição dos rendimentos; a dependência do Rendimento Social de Inserção e a subsidiopendência em geral; o défice de ascensor social, a taxa de pobreza e a pobreza persistente; o insucesso escolar e o analfabetismo; a mortalidade e a obesidade infantis, a diabetes, o alcoolismo, o suicídio jovem e a baixa esperança média de vida; a taxa de abstenção e a insuficiência na participação cívica das mulheres; a violência doméstica e o abuso sexual, o incesto e a gravidez na adolescência – entre outros *rankings*.

10. Portanto, fica desde já aqui a ousadia por onde se abrir uma refutação: o Joel Neto põe em causa até

a própria autonomia. Desta vez não é truque: no fundo, ponho mesmo. Mas, já agora, peço-te que faças uso rigoroso das minhas palavras, na transcrição como na interpretação. Porque eu sou, tanto quanto tu, um velho, apaixonado e declarado entusiasta da autonomia. Só não consigo celebrá-la inconsequentemente, sem monitorizar a sua saúde e certificar-me da sua viabilidade a médio/longo prazo – diagnosticando-lhe as doenças que a poderão matar enquanto instituição e, inclusive, já a vão matando enquanto sonho para tantos açorianos.

11. É para essa preocupação que ainda não desisti de te recrutar, porque sei que, no essencial, estamos de acordo (e espero que também o tenhas lido nos livros e textos meus que citas incompletamente): a autonomia foi uma conquista extraordinária, é (em abstracto) uma solução extraordinária e voltará a ser (em concreto) um caminho extraordinário, e idealmente progressivo. Isto é: desde que sejamos capazes de a libertar dos desvios que, com a nossa sonolência crítica – e o profundo egoísmo das nossas classes média e média/alta, de que ambos fazemos parte, tal como os nossos senadores –, lhe permitimos. Já intensificar o rumo em que neste momento seguimos, e que nos trouxe até à tragédia social em que estas ilhas vivem, será continuar a engordá-la até que se lhe entupam as veias e a mate o próprio coração. No grupo dos que o defendem, sim, estão os seus verdadeiros adversários.

Meu caro amigo Nuno:

12. Lamento se te trago novas indesejadas: o sismo da pobreza dos Açores ainda não acabou, como talvez se pudesse inferir do título do teu artigo. Não acabou, não está (nem por sombras) perto de acabar e qualquer proposta para o que fazer, usufruir ou pensar “depois” de ele acabar é extemporânea. Como é extemporâneo (e não “supérfluo”, palavra que me atribuis mal, à letra e ao espírito) o chamado “reforço da autonomia”, reivindicação alucinada – insisto nesta ideia – que só importa às nossas mais restritas elites socio-económicas, mais-do-que-interessadas na manutenção do *statu quo*, e com que os políticos condescendem (aliás, unanimemente) porque não custa nada concordar, fica lindíssimo em título de jornal e sempre permite apresentar algum serviço com *sound bite*.

13. A autonomia açoriana, como leste nos mesmos livros meus que citas (e, aliás, como bastante mais do